



CLUBE ATLÉTICO SÃO PAULO
"São Paulo Athletic Club"
334ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
12 DE MAIO DE 2021

LISTA DE PRESENÇA

CONSELHO DELIBERATIVO	ASSINATURA
Ana Gaviolli Mori	ON
Andre Portela Fernandes de Souza	
Carlos Alberto Soares	ON
Carlos Alberto Stapelfeldt	ON
Christopher Ian Podgerski	ON
Cicero de Toledo Piza Filho	EMAIL
Daniel Tostes Graziano	<i>[Signature]</i>
Elcio Garcia Alvares	
Eduardo Pontes Bohn	ON
Eric Charles Nice Jr - <i>Presidente</i>	<i>[Signature]</i>
Ernesto Cordeiro Marujo	ON
Fabio Conti Medugno	ON
João Francisco Farhat Kehdi	ON
John Thomas McDonnell	ON
José Ailton M. do Nascimento	
Lucia Veiga de Barros - <i>Vice-Presidente</i>	<i>[Signature]</i>
Luiz Cesar Pimentel	ON
Rafael Machado Jabor	EMAIL
Richard Kumpis	
Roberto Lojelo	ON
Sergio Zunder da Rocha - <i>Secretário</i>	ON
Tatiane Carla Mohr Saes	ON
Thomas Antoine de Mol Van Otterloo	ON
Thomas Edgar Bradfield	ON
Wilson D'Andrade Hoffmann	ON
DIRETORIA EXECUTIVA	ASSINATURA
Hudson Alves Ferreira - <i>Presidente</i>	
Ricardo Zunder da Rocha - <i>1º Vice-Presidente</i>	<i>[Signature]</i>
Antonio Reis Silva Filho - <i>2º Vice-Presidente</i>	
Fernando de Pinho Barreira - <i>1º Tesoureiro</i>	<i>[Signature]</i>
Luiz Roberto Ferrara - <i>2º Tesoureiro</i>	
Vitor Naves Fellet - <i>1º Secretário</i>	
Gabriel Baines - <i>Diretor de Santo Amaro</i>	ON
Emmanuel de Oliveira Jr. - <i>Diretor Adjunto de Esportes</i>	
Felipe Rodrigues - <i>Diretor Adjunto de Infraestrutura</i>	
CONSELHO FISCAL	ASSINATURA
Thais Helena de Alcântara Peres	ON
Sergio Volk	ON

F
P
C
A
U

0

F

0



ATA DE REUNIÃO 334ª ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO
CLUBE ATLÉTICO SÃO PAULO
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2021

Conselheiros	Participação		
	Presencial	Online	Justificativa Não Participação
Ana Gaviolli Mori		X	
André Portela Fernandes de Souza			
Carlos Alberto Soares		X	
Carlos Alberto Stapelfeldt		X	
Christopher Ian Podgorski		X	
Cícero de Toledo Piza Filho			
Daniel Tostes Grazião	X		
Élcio Garcia Alvares	X		
Eduardo Pontes Bohn		X	
Eric Charles Nice Junior - <i>Presidente</i>	X		
Ernesto Cordeiro Marujo		X	
Fábio Conti Medugno		X	
João Francisco Farhat Kehdi		X	
John Thomas McDonnell		X	
José Ailton M. do Nascimento	X		
Lucia Veiga de Barros - <i>Vice-Presidente</i>	X		
Luiz Cesar P. F. Pimentel		X	
Rafael Machado Jabor			
Richard Kumpis			
Roberto Lojelo		X	
Sergio Zunder da Rocha - <i>Secretário</i>	X		
Tatiane Carla Mohr Saes		X	
Thomas Antoine de Mol Van Otterloo		X	
Thomas Edgard Bradfield		X	
Wilson D'Andrade Hoffmann		X	
Diretoria Executiva			
Hudson Alves Ferreira - <i>Presidente</i>	X		
Ricardo Zunder da Rocha - <i>1º Vice-Presidente</i>	X		
Antonio Reis Silva Filho - <i>2º Vice-Presidente</i>			
Fernando de Pinho Barreira - <i>1º Tesoureiro</i>	X		
Luiz Roberto Ferrara - <i>2º Tesoureiro</i>			
Vitor Naves Fellet - <i>1º Secretário</i>			
Gabriel Baines - <i>Diretor Santo Amaro</i>		X	
Conselho Fiscal			
Sergio Volk		X	
Thais Alcantara Peres		X	

RESUMO DA ATA

A reunião realizada em **12 de maio de 2021** contou com a participação presencial e remota de componentes do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e representantes da Diretoria Executiva a fim de tratar os seguintes assuntos: **Comunicações da Presidência do Conselho Deliberativo**, que homenageou os falecidos no mês de abril com 1 minuto de silêncio, informou o andamento da Comissão de Revisão do Estatuto concluiu a primeira etapa do trabalho, que passará por aprovação dos Conselheiros e Associados nos próximos meses e que abrirão nas próximas semanas a possibilidade de associados participarem das Comissões do Conselho; **Aprovação da Ata N° 333º**, que foi aprovada sem observações por unanimidade; **Apresentação da DE – Resultados Financeiros - Março de 2021**, que destacou redução na Receita Social, aumento nos Gastos com Pessoal em função de verbas rescisórias pagas e em consequência disso, o Resultado operacional foi negativo, sendo coberto pelo caixa disponível; **Apresentação e deliberação sobre parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório da Auditoria 2020**, que apresenta recomendação desfavorável à aprovação das contas, o que é aceito pela maioria dos Conselheiros, havendo apenas 2 votos contrários; **Definição de data e procedimentos para AGO**, onde o Conselho Deliberativo aprova a realização de Assembleia on line e define a data de realização da mesma para o dia 23 de junho de 2021 (quarta-feira); e **AOB**, onde os Conselheiros abordaram assuntos de temas diversos, como possíveis ações para os que discordem das decisões tomadas, próximos passos das Comissões e a necessidade de compartilhamento de informações levantadas na reunião.

PAUTA DA REUNIÃO

1. Aprovação da Ata N° 333º;
2. Apresentação da DE – Resultados Financeiros - Março de 2021;
3. Apresentação e deliberação sobre parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório da Auditoria 2020;
4. Definição de data e procedimentos para AGO;
5. AOB.

ATA DA REUNIÃO

Eric Charles Nice Junior, Presidente do Conselho Deliberativo, dá início à **334ª reunião ordinária** às **19:31h**, em segunda chamada, do dia **12 de maio de 2021** dando boas-vindas a todos e apresentando os componentes da Mesa do Conselho Deliberativo, a Vice-presidente Lucia Veiga de Barros e o Secretário Sergio Zunder da Rocha, destacando que a mesma ocorre de maneira presencial e remota, transmitida e gravada através da plataforma Zoom, Antes de iniciar a reunião, homenageia amigos, familiares e conhecidos da comunidade SPAC que vieram a falecer nos últimos dias, lembrando o sofrimento que a pandemia tem trazido para o mundo. Cita nominalmente os falecidos no mês de abril e solicita 1 minuto de silêncio. Agradece a presença dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, dando boas vindas a todos os participantes. Informa que a Comissão de Revisão do Estatuto do SPAC concluiu com sucesso sua missão, revisando o Estatuto por completo. Agradece aos membros da Comissão por sua participação e comprometimento, citando nominalmente cada um deles. Lembra que essa é a primeira etapa e que o documento será encaminhado para análise da Comissão Legal, em seguida será distribuído para os membros do Conselho para suas sugestões e posteriormente aos associados, retornando para a Comissão Legal que fará os últimos ajustes antes de ser submetido à aprovação em Assembleia e destaca a transparência, responsabilidade e cautela com que o processo está sendo conduzido. Informa que serão divulgadas aos associados nas próximas 2 ou 3 semanas todas as Comissões criadas no Conselho para convidar interessados em participar das mesmas. Comenta que a Sra. Lucia Veiga de Barros foi eleita madrinha das Comissões e centralizará as comunicações com os associados. Abre espaço para esclarecimentos e não havendo manifestações, dá andamento à pauta.

1. Aprovação da Ata N° 333°.

Sergio Zunder da Rocha solicita a manifestação dos presentes em relação à Ata da reunião anterior e não havendo comentários, é aprovada, passando para o próximo item da pauta.

2. Apresentação da DE – Resultados Financeiros - Março de 2021.

O Presidente da Diretoria Executiva, Hudson Alves Ferreira, destaca três pontos do relatório fechado no início de abril. Informa que a Receita Social, habitualmente em torno de R\$ 1.100.000,00, ficou em torno de R\$ 1.005.000,00 no mês de março de 2021. Comenta que os Gastos com Pessoal tiveram seu valor aumentado em função das rescisões ocorridas no período, que totalizaram aproximadamente R\$ 90.000,00. Ressalta que em decorrência desses fatores, o Resultado Operacional foi negativo no valor aproximado de R\$ 232.000,00, fechando o caixa em R\$ 3.202.000,00. Informa que o número de associados em março era de 934 títulos ativos e 138 em Tesouraria e que em abril esse número ficou em 923 títulos ativos e 155 em Tesouraria. Entende que esses são os fatos relevantes e antecipa que o mês de abril também deverá apresentar resultado negativo, embora de menor ordem. Lembra que os dados completos foram passados aos Conselheiros e abre para esclarecimentos.

Eric Charles Nice Junior enfatiza o convite à participação da Diretoria Executiva em todas as reuniões para apresentar os resultados financeiros do clube, em função do entendimento de que nesse momento de pandemia e incertezas, é necessário o acompanhamento financeiro.

Daniel Tostes Graziano questiona ações tomadas em relação aos apontamentos de riscos de não conformidades do relatório do Conselho Fiscal apresentado em reuniões anteriores, questionando status atual e o impacto gerados nos resultados do mês de março. Solicita posicionamento em relação ao impacto do desconto concedido nas mensalidades pela Diretoria Executiva com aprovação do Conselho Deliberativo e como se dará a sua contabilização, aproveitando para questionar por que não foi feita a correção do Balanço de 2020 antes da divulgação.

Hudson Alves Ferreira informa que muitos pontos foram corrigidos e isso causou desvio no resultado financeiro do mês de março, mas que não deverão impactar o mês de abril. Quanto ao desconto de 5% concedido para o mês de maio, esclarece que deverá aparecer nas contas do mês de abril e a contabilização será feita através de uma conta redutora de receita em relação ao período de apuração.

Daniel Tostes Graziano lembra que quando a Auditoria finaliza um relatório, considera os eventos subsequentes e retroage em algumas questões atualizando os números. Sugere que o Conselho Fiscal poderia ter agido dessa forma, recomendando que o desconto fosse alocado como abatimento de receita e não como despesa financeira, corrigindo essa questão antes de emitir parecer, se lhes parecia a melhor alternativa contábil.

Hudson Alves Ferreira destaca que o parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria se referem ao ano de 2020 e que a contabilização em 2021 se dará da forma que esclareceu.

Sergio Zunder da Rocha transmite um questionamento de Luiz Cesar P. F. Pimentel a respeito do valor da inadimplência e Hudson Alves Ferreira informa não ter o valor exato, mas que ficou em torno de 5%, não sinalizando ser um ponto de atenção.

Fernando de Pinho Barreira reforça alguns comentários realizados pelo presidente da Diretoria Executiva e destaca alguns valores que impactaram o mês de maio. Conta que realizaram o acerto de D.S.R. dos professores horistas que vinha sendo calculado de maneira equivocada desde agosto de 2020 e destaca a existência de cartões de ponto sem assinatura desde janeiro de 2020. Reporta a regularização destes itens e atualização dos contratos, sendo que o custo no Mês de março foi de R\$ 75.580,00. Ainda referente a despesas anteriores, informa que foram pagos R\$ 58.927,00 de emolumentos do terreno. Comunica a existência de uma ação trabalhista de alto valor que está sendo

paga em parcelas de R\$ 6.000,00, também nos gastos do mês. Explica que a rescisão de contratos de Pessoas Jurídicas impactou em R\$ R\$ 18.542,00 e as rescisões trabalhistas anteriores de 2 funcionários somaram R\$ 50.000,00. Ressalta que sem esses gastos que têm o fato gerador em período anterior, o resultado ficaria negativo em apenas R\$ 7.000,00 e esclarece que R\$ 52.448,00 foram gastos nas rescisões definidas pela atual gestão. Participa que sem as rescisões trabalhistas o resultado seria positivo em aproximadamente R\$ 44.900,00, destacando que o exercício em si não foi tão negativo. Reforça que as questões apontadas pelo Conselho Fiscal foram praticamente todas resolvidas, restando apenas um contrato Pessoa Jurídica de um funcionário administrativo e deverão ter mais tranquilidade na análise do mês de abril. Destaca que as ressalvas apontadas pela Auditoria foram respondidas no relatório da Diretoria Financeira. Aproveita para esclarecer questões relativas à reforma do bar da esquina, informando que gerou material comparando valores do projeto inicial e o projeto atual, onde conseguiram renegociar valores e cancelar serviços, ficando o gasto inferior aos valores estimados. Avisa que houve pequeno aumento no índice de inadimplência, de 3% para 5%, que deve se manter nesse patamar em abril. Comenta que alterações de critérios no Balanço podem impactar a comparação de resultados entre os períodos analisados, sendo importante determinar claramente a data de corte. Responde a um questionamento feito fora do microfone e abre os valores da reforma do bar da esquina, informando que o projeto inicial foi orçado em R\$ 80.000,00 e foi gasto R\$ 291.963,00. Conta que com os R\$ 98.771,00 gastos no novo projeto, para finalização da obra, a soma dos dois projetos ficou em R\$ 380.635,00. Finaliza informando que todas as notas e laudos referentes a esse processo serão apresentadas publicamente em breve.

Fábio Conti Medugno comenta ter ficado claro que o balanço negativo do mês tem relação com muitos fatos passados e pergunta se o valor das obras está contemplado no resultado de março, recebendo resposta afirmativa. Questiona se o clube aderiu às medidas de redução de folha reeditadas pelo governo e finaliza pedindo esclarecimento de que data se refere o caixa informado pelo presidente. Fernando de Pinho Barreira responde que não aderiram às medidas até o momento e não consideraram no custo essa possibilidade, mas poderão reanalisar a questão.

Hudson Alves Ferreira reforça que a MP é recente e que, sendo o caso, poderão aderir à mesma após reanálise, não havendo no momento condição de redução de carga horária dos colaboradores. Em relação ao caixa, esclarece que a conta não é linear, em função da despesa ser lançada no mês de competência que não é necessariamente o mês em que ocorre o pagamento. Lembra que até 2019 trabalhavam em regime de caixa, onde estaria correta a análise feita, mas em 2020 passaram a operar em regime de competência.

Fábio Conti Medugno concorda com as colocações feitas, lembrando a importância de ficarem atentos às medidas que possam gerar redução de custo. Relembra então uma questão colocada em reunião anterior, quando foi comentada a importância de acompanharem os recolhimentos trabalhistas e pagamentos de funcionários no restaurante de Santo Amaro, que é terceirizado.

Fernando de Pinho Barreira informa que tem o objetivo de eliminar os contratos de terceiros. Comenta que estão fazendo estudo junto ao jurídico analisando as ações trabalhistas em andamento para correção dos fluxos que os deixem vulneráveis.

Fábio Conti Medugno reforça que sua colocação foi especificamente em relação ao restaurante terceirizado em Santo Amaro se mostrando surpreso pela existência de terceiros em outras áreas do clube.

Fernando de Pinho Barreira informa que estão agendando reunião com arrendatário para tratar essas questões além de outras pendências, como atraso de aluguel. Esclarece que a terceirização a que se referiu foi de equipes de faxina e manutenção, comentando que são poucos casos e estão reanalisando o modelo em função dos riscos trabalhistas.

Fábio Conti Medugno relembra colocações feitas anteriormente onde reconheceu que a terceirização apresenta certo risco trabalhista, mas reduz custos, destacando a economia com a terceirização do restaurante, que apresentava déficit mensal elevado e passou a gerar receita. Entende que as dificuldades com pagamentos se devem ao momento atípico, mas que compensa a possibilidade de receberem esses valores futuramente, se analisarem os custos que teriam tido no período. Finaliza agradecendo os esclarecimentos prestados.

Hudson Alves Ferreira destaca a importância de avaliar a qualidade e consistência de serviços prestados por terceiras. Exemplifica com um caso de um processo em que o clube foi condenado ao pagamento de R\$ 29.000,00 em discussão no jurídico, e que na sua análise era um fato que poderia ser evitado se tivessem avaliado melhor a empresa contratada. Reforça a colocação feita pelo Diretor Financeiro de que irão reavaliar todos os contratos de terceiros e os reduzirão ao mínimo necessário.

Fábio Conti Medugno concorda com a necessidade de cuidado com a escolha de empresas para prestar serviços que minimizem os possíveis riscos e parabeniza a ação.

Ana Gaviolli Mori complementa a questão comentando que é favorável à contratação de terceiros, mas que observou situações em que é necessária uma reavaliação das atividades designadas e da relação que o clube estabelece com funcionários terceirizados, concordando com a necessidade de reanalisar os contratos.

Fernando de Pinho Barreira solicita mais informações e Ana Gaviolli Mori se compromete a enviar um relatório com suas observações informais, para que o clube fique atento aos potenciais problemas, pois entende que é risco possível de ser gerenciado, cuidando de diferenciar o tratamento dado ao CLT do tratamento dado ao terceirizado.

Fernando de Pinho Barreira agradece e reforça que estão com duas assessorias trabalhistas para lidarem com estas questões e lembra que com as alterações ocorridas na CLT o modelo deva ser repensado. Considera pouco provável que uma operação que não gera lucro para o clube, gere lucro para um empresário, sendo importante analisarem detalhadamente essas operações analisando riscos a longo prazo.

Sergio Zunder da Rocha pede maiores informações em relação às informações sobre pagamento em atraso do terceirizado de Santo Amaro e Fernando de Pinho Barreira esclarece que a empresa procurou o gerente de Santo Amaro para negociar aluguéis atrasados.

Sergio Zunder da Rocha explica que sua preocupação não é o recebimento do aluguel, e sim o pagamento dos salários e encargos dos funcionários, considerando esse ponto mais importante do que receber o aluguel.

Thomas Edgard Bradfield complementa as colocações feitas lembrando que o SPAC tem problemas com questões trabalhistas há anos. Reforça que é obrigação do tomador de serviços checar os pagamentos de salários e recolhimentos de impostos do prestador de serviços mensalmente. Conta que em sua experiência o tomador de serviços é responsabilizado subsidiariamente ou solidariamente em sentenças de processos trabalhistas. Destaca a importância de escolherem terceirizadas que tenham solidez e questiona se uma empresa que não está conseguindo pagar o aluguel está recolhendo tributos trabalhistas. Reforça ser favorável à terceirização bem feita, levantando inclusive a possibilidade de fraudes do contratado sobre o tomador de serviços. Finaliza esclarecendo que a Comissão Jurídica ainda não foi instalada, mas já estão conversando para iniciar os trabalhos e que contará com todas as contribuições possíveis.

3. Apresentação e deliberação sobre parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório da Auditoria 2020.

Sergio Volk cumprimenta os presentes e comenta o roteiro seguido na elaboração do parecer. Conta que o processo se inicia com a elaboração do Balanço e relatório da administração pela Diretoria Executiva, que envia para Auditoria externa elaborar seu parecer. Ao Conselho Fiscal cabe checar se o que o auditor apontou é verdade, aprovando ou não o trabalho. Aponta um erro localizado no material da Auditoria, já comentado pelo Conselheiro Daniel Tostes Graziano, em relação aos apontamentos dos descontos. Lembra que o Presidente informou que os descontos serão lançados como redução de receita em 2021, mas no relatório de 2020 o lançamento foi em despesas financeiras e isso não foi apontado pela Auditoria Externa, ressaltando que chegou a alertar o controller do clube, mas que não houve a correção. Comenta que algumas irregularidades apontadas em reunião anterior não podem fazer parte de um parecer que é enviado para a Junta Comercial, para não colocar o clube em risco, mas que, em função delas, não aprovam as contas de 2020.

João Francisco Farhat Kehdi pergunta quais as medidas necessárias para regularizar a situação e qual a penalização a que o clube fica sujeito e Sergio Volk informa que já foi citado na reunião que as irregularidades foram corrigidas e que não tem como estimar penalizações em função de eventuais fiscalizações trabalhistas ou tributárias.

João Francisco Farhat Kehdi questiona como fica o entendimento do associado com o Conselho Fiscal não aprovando as contas e nada sendo feito a respeito disso pelo Conselho Deliberativo.

Sergio Volk previne que o Conselho Deliberativo terá que definir suas ações a partir do relatório, citando como o exemplo o gasto excessivo na reforma do bar e demais itens apontados e registrados em atas anteriores da reunião, onde apontaram uma série de irregularidades.

Thomas Edgard Bradfield compartilha seu entendimento de que o Conselho Deliberativo hoje dará seu parecer acompanhando ou não os pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal e Eric Charles Nice Junior ratifica a informação, lembrando que após as discussões, haverá a deliberação do Conselho a respeito dos relatórios.

Fábio Conti Medugno comenta não ter entendido o erro da Auditoria e Sergio Volk esclarece que foi só a questão de não sinalizar a alocação do valor referente aos descontos na conta de despesas financeiras, quando deveria entrar como abatimento da receita. Destaca que o valor é R\$ 600.000,00 e ao avaliar os números os resultados operacional e financeiro ficam incorretos, o que pode acarretar erros decisórios por parte da gestão.

Fábio Conti Medugno elogia o parecer do Conselho Fiscal e questiona se podem ser penalizados de alguma forma se não aprovarem as contas, recebendo resposta negativa de Sergio Volk. Questiona se há riscos de imagem e que ações seriam necessárias para corrigir a situação, com eventuais responsabilizações e Sergio Volk lembra que estão olhando 2020 e que correções já foram feitas.

Thais Alcantara Peres complementa destacando que existe um risco baixo de prejuízo da imagem do clube externamente, mas que os riscos foram criados quando as ações foram tomadas no ano de 2020 pela gestão anterior. Considera que a imagem interna deva se encontrar desgastada e finaliza informando que haveria muitas outras discordâncias em relação ao relatório da Auditoria, mas que optaram por serem cuidadosos não apontando mais erros, mas destacando a diferença de R\$ 300.000,00 nas obras do bar da esquina.

João Francisco Farhat Kehdi reforça que tem escutado cobranças em relação a atitudes que deveriam ser tomadas pelo Conselho Deliberativo e questiona novamente como regularizar a situação, para não prejudicar os 136 anos de história do clube.

Fábio Conti Medugno acredita que devam tomar a decisão de ações cabíveis em relação às ações passadas e reitera seus elogios em relação à assertividade e clareza do parecer apresentado pelo Conselho Fiscal.

Eric Charles Nice Junior lembra que as decisões serão tomadas pelo colegiado e esclarece que nessa reunião aprovarão ou não o parecer apresentado, mas discutirão outras ações cabíveis a serem tomadas em fórum específico.

Sergio Zunder da Rocha repassa pergunta recebida em mensagem onde se questiona a opinião se os erros ocorreram por incompetência, má fé ou falta de conhecimento e Sergio Volk responde ser impossível julgar, mas acredita que pode ter havido uma soma de diversos fatores.

Eduardo Pontes Bohn destaca que é a primeira vez que vê o Conselho Fiscal não aprovar as contas e embora concorde com o relatório, questiona se existe alguma consequência jurídica em não aprovarem as contas no Conselho Deliberativo e Assembleia de Sócios.

Fernando de Pinho Barreira esclarece que o Conselho Fiscal está restrito a avaliar o que ocorreu no exercício passado e que é prerrogativa do Conselho Deliberativo a resposta incidente, que pode decidir por processo administrativo ou jurídico. Finaliza esclarecendo que cabe à Diretoria Executiva dar solução aos apontamentos recebidos, regularizando a situação.

Eric Charles Nice Junior pergunta se há mais algum esclarecimento ou se podem deliberar a respeito do relatório e não havendo questionamentos, agradece a presença da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e os libera da continuidade da reunião. Em seguida, em respeito ao Art. 28 e 35 do Estatuto, passam a deliberar e o Presidente sugere deliberarem primeiro sobre o relatório da Auditoria e depois sobre o parecer do Conselho Fiscal.

Daniel Tostes Graziano questiona a deliberação acerca do relatório da Auditoria alegando ser o item 3 da pauta a deliberação sobre o parecer do Conselho Fiscal sobre esse relatório, e que a deliberação sobre o relatório da Auditoria deveria ser um outro item de pauta com outro debate.

Sergio Zunder da Rocha comenta que o parecer do Conselho Fiscal foi sobre o relatório da Auditoria, e portanto, devem debater sobre o mesmo e Eric Charles Nice Junior questiona se há dúvidas referentes ao parecer da Auditoria.

Ernesto Cordeiro Marujo se diz confuso em função de que, no seu entendimento, compete ao Conselho Deliberativo receber o relatório do Conselho Fiscal e não aprovar ou não o mesmo e Eric Charles Nice Junior lê o Art. 28 do Estatuto e o Art. 35 item "d", pois seu entendimento diverge do Conselheiro.

Ernesto Cordeiro Marujo entende que devem deliberar sobre o que foi escrito no relatório, mas não aprovar ou não o mesmo. No seu modo de ver, devem deliberar sobre as ações propostas e Christopher Ian Podgorski concorda com a colocação de que devem tomar conhecimento e deliberar, mas não aprovar ou não o relatório e Eric Charles Nice Junior esclarece que é exatamente o que está sendo proposto.

Thomas Edgard Bradfield questiona se a deliberação poderia ser uma recomendação e Christopher Ian Podgorski responde que sim, mas que não acredita ser o caso. Reforça que não entende que devam dar nenhum parecer favorável ou desfavorável em relação ao relatório, até por nem todos terem competência para tal.

Thomas Edgard Bradfield pergunta então o que seria deliberação e Christopher Ian Podgorski sugere que isso seja colocado em discussão, quando Tatiane Carla Mohr Saes lê a definição do dicionário de que é uma tomada de decisão após analisar, pensar ou refletir sobre um tema. Thomas Edgard Bradfield sugere então que seja feita uma recomendação do Conselheiros para a Assembleia e Luiz Cesar P. F. Pimentel e Ana Gaviolli Mori concordam com suas colocações.

Eric Charles Nice Junior relê o Art. 28 onde se menciona o "parecer emitido pelo Conselho Deliberativo" e concorda que não se julga competente para emitir um parecer, acreditando ser uma falha na forma que foi escrito no Estatuto.

John Thomas McDonnell apresenta seu entendimento de que o Conselho Deliberativo deve confirmar ou não o parecer do Conselho Fiscal, a quem cabe legalmente aprovar ou não as contas. Lembra que a Assembleia também não tem como aprovar contas, sendo uma discussão que já existiu no passado. Acredita que devem encaminhar junto com o parecer do Conselho Fiscal as medidas que o Conselho Deliberativo sugere para mitigar erros e lembra que a criação das Comissões já é uma ação de acompanhamento da gestão do clube.

Eric Charles Nice Junior lê o Art. 52 do Conselho Fiscal e entende que o Art. 28 procura cobrir a possibilidade de não haver um Conselho Fiscal para emitir o parecer, quando caberia ao Conselho Deliberativo esse papel e questiona se faz sentido essa interpretação para os demais.

Wilson D'Andrade Hoffmann lembra que durante muitos anos não houve candidatos para o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo que aprovava ou não as contas da Diretoria Financeira.

Ana Gaviolli Mori entende que estão deliberando, a partir do momento que estão refletindo e discutindo sobre o tema e sugere que o Conselho Fiscal dê algumas diretrizes para que o Conselho Deliberativo sugira quais devem ser seguidas.

Eric Charles Nice Junior ressalta que o Conselho Fiscal apresentou um parecer bem claro e entende que devem discutir se concordam ou não com o Conselho Fiscal e Ana Gaviolli Mori comenta que vão aprovar ou não, mas que devem ter mais posições a apresentar em uma Assembleia, sobre o que o Conselho pensa da situação apresentada.

Eduardo Pontes Bohn lembra que uma justificativa para não aprovação das contas foi o gasto não aprovado pelo Conselho Deliberativo na reforma do bar e que não podem chegar à Assembleia sem nenhuma posição a respeito disso.

Eric Charles Nice Junior destaca que todas as questões levantadas no relatório estão registradas na ata Nº 332 e retoma a questão inicial levantada de que não estava na pauta a deliberação sobre o relatório da Auditoria e concorda que a deliberação deva ser restringir ao relatório do Conselho Fiscal, deixando para decisão posterior a decisão a respeito do relatório da Auditoria, após algumas consultas. Questiona se todos concordam com essa posição.

Daniel Tostes Graziano apresenta seu entendimento de que a Assembleia deve receber dois pareceres: o do Conselho Fiscal; e um parecer do Conselho Deliberativo, que pode se utilizar do parecer do Conselho Fiscal, do Balanço e Relatório da Diretoria Executiva para tal, entendendo que não devem deliberar sobre o parecer do Conselho Fiscal a o que Eric Charles Nice Junior discorda, alegando que está escrito no Estatuto que devem deliberar sobre o parecer do Conselho Fiscal.

Fábio Conti Medugno destaca alguns pontos a serem considerados, como: estarem olhando o ano de 2020; a primeira base de análise ser o relatório da Diretoria; o parecer da Auditoria Externa com base nesse relatório, aproveitando para perguntar quem mais leu o documento completo; de que o Conselho Fiscal deu um parecer com base nesses dois materiais, relatório da Diretoria e parecer da Auditoria; e que com base nestes 3 materiais o Conselho Deliberativo deve dar o seu parecer. Lembra que nas últimas Assembleias informaram se concordavam com o parecer e recomendavam sua aprovação ou não. Considera as 3 páginas mais importantes do relatório onde estão as ressalvas da Auditoria Externa. Destaca que o parecer do Conselho Fiscal rejeita as contas do ano anterior por uma sinalização de apontamento contábil, que considera situação sem grande importância, mas previne

que o outro apontamento é de extrema gravidade, com gasto efetuado acima do aprovado. Entende que devem definir o que sugerem que seja feito em relação a isso, para que a Assembleia decida.

Eric Charles Nice Junior concorda com as colocações e sugere a deliberação sobre a recomendação ou não, do parecer do Conselho Fiscal em cima do relatório da Auditoria. Pergunta se pode abrir a votação e estando todos de acordo, pede que aqueles que não recomendam o parecer do Conselho Fiscal baseado no relatório da Auditoria, se manifestem. Ocorrem duas manifestações contrárias ao relatório do Conselho Fiscal, de Ernesto Cordeiro Marujo e de Daniel Tostes Graziano.

Thomas Edgard Bradfield destaca que a não aprovação do Conselho Fiscal é em relação às contas e não ao relatório da Auditoria no que Eric Charles Nice Junior concorda.

Fábio Conti Medugno sugere a redação de um voto, como recomendando o parecer do Conselho Fiscal, sendo que o primeiro ponto referente ao lançamento contábil está sendo corrigido pela atual Diretoria e pede ajuda para o que comentariam em relação aos gastos superiores aos aprovados.

Thomas Edgard Bradfield esclarece que não devem entrar na questão técnica, pois o Conselho Fiscal levantou o ponto e cabe a ele esclarecer isso na Assembleia, não cabendo ao Conselho Deliberativo entrar na tecnicidade da situação. Lembra ainda que os associados podem ter acesso às atas das reuniões para conhecer os detalhes debatidos.

Fábio Conti Medugno pergunta o que acontece se o relatório da Diretoria referente a 2020 não for aprovado e Thomas Edgard Bradfield lembra que a única vez que isso ocorreu não aconteceu nada, pois acabou sendo aprovada em uma segunda Assembleia e que não sabe dizer o que pode acontecer se não for aprovada.

John Thomas McDonnell esclarece que na ocasião mencionada, as contas foram aprovadas posteriormente pelo Conselho Fiscal e lembra que a legislação define que quem aprova contas e parecer da Auditoria é o Conselho Fiscal, e não a Assembleia.

Após debate entre alguns conselheiros, Eric Charles Nice Junior coloca novamente em votação, pedindo que aqueles que não concordam com o parecer do Conselho Fiscal se manifestem. Ocorrem duas manifestações contrárias ao parecer do Conselho Fiscal: de Daniel Tostes Graziano e de Ernesto Cordeiro Marujo, que também se mostra contra o procedimento da reunião. Eric Charles Nice Junior agradece a todos e encerra a questão, passando para o próximo item da pauta.

4. Definição de data e procedimentos para AGO.

Eric Charles Nice Junior esclarece que a Assembleia Geral Ordinária que deveria ter ocorrido em abril não aconteceu em função da pandemia e que a mesa do Conselho sugere seu agendamento para o dia 23 de junho de 2021 (quarta-feira), prazo necessário para envio dos relatórios dos auditores e parecer do Conselho Fiscal para os associados para sua apreciação e os 30 dias de prazo para cumprimento do prazo legal para convocação da mesma.

John Thomas McDonnell pergunta se há vagas a serem preenchidas no Conselho Deliberativo, e que recebeu a resposta de que há 2 vagas. Questiona então as medidas que serão tomadas para garantir a segurança dos associados.

Eric Charles Nice Junior comenta que pretendem disponibilizar a votação de maneira on line, através da contratação de uma empresa que tenha um sistema auditável. Informa terem uma indicação de uma empresa que apresenta custo estimado de R\$ 15.000,00 e lembra que Fernando de Pinho Barreira é um especialista no tema e está assessorando o clube neste intento.

Wilson D'Andrade Hoffmann informa que participou de uma reunião virtual de condomínio para eleição de síndico e conselheiros com a participação de mais de 150 pessoas e se dispõe a conseguir o contato da empresa que viabilizou esse feito.

Eric Charles Nice Junior lembra que precisarão de pelo menos 3 orçamentos para contratação de um fornecedor, de acordo com as regras vigentes e pede indicações de pessoas que conheçam empresas para que enviem os contatos, que serão encaminhados à Diretoria Executiva.

Eduardo Pontes Bohn reforça que a incumbência da realização da Assembleia é da Diretoria executiva.

Sergio Zunder da Rocha sugere que seja votada na reunião a possibilidade de se realizar uma Assembleia de maneira virtual.

Thomas Edgard Bradfield comenta que o Sindi Clube divulgou recentemente uma legislação que autoriza essa situação e que buscará mais detalhes a respeito.

John Thomas McDonnell entende que seja necessário que apreciem a questão e Eric Charles Nice Junior esclarece que podem colocar em votação nesta reunião, pois estaria dentro dos procedimentos citados no item 4 da pauta, no que recebe sua concordância.

Eric Charles Nice Junior solicita que aqueles que sejam contra a realização da Assembleia de maneira on line se manifestem e não havendo nenhuma manifestação, é aprovada por unanimidade a possibilidade de se realizar a votação on line. Informa que comunicará a Diretoria Executiva a decisão para que sejam adotadas as providências cabíveis e pede ao presidente da Comissão Jurídica, Thomas Edgard Bradfield, que acompanhe o tema.

Eric Charles Nice Junior submete à aprovação a data de 23 de junho de 2021 (quarta-feira) pedindo a manifestação de quem não concordar com a data e não havendo manifestação é considerada aprovada.

Ana Gaviolli Mori reforça a importância de que seja contratada empresa para realização de votação on line que tenha sistema possível de ser auditado e Eric Charles Nice Junior concorda com a colocação e informa que solicitarão que a escolha do sistema avalie a segurança da votação e seja feita por empresa idônea, deixando que um especialista tome a decisão final.

5. AOB.

Eric Charles Nice Junior passa para o último item da pauta, abrindo para Conselheiros que quiserem se manifestar.

John Thomas McDonnell solicita que seja registrado em ata que os Conselheiros que não concordam com o parecer do Conselho Fiscal têm o direito de recorrer à justiça para pedir revisão do mesmo.

Eduardo Pontes Bohn solicita a programação da apresentação das Comissões criadas no Conselho Deliberativo, seu planejamento e ações já realizadas.

Eric Charles Nice Junior relembra comentário feito no início da reunião, reforçando que nas próximas semanas os associados interessados em participar da Comissões devem se manifestar e nesse meio tempo realizará reuniões com os Presidentes para fechar as regras que vão regê-las. Agradece a ajuda recebida de Christopher Ian Podgorski na elaboração desse documento e informa que na próxima reunião deverão ter novidades a respeito. Lembra que existem algumas regras para o aceite dos associados interessados e que serão limitados a 5 ou 6 por Comissão e definidos pelos seus Presidentes. Recorda ainda que há algumas reuniões os presidentes das Comissões foram empossados.

Daniel Tostes Graziano relembra que na Comissão da Reforma do Estatuto estão em fase de revisão documento final para elaborar um resumo das alterações propostas e Eric Charles Nice Junior complementa que farão uma tabela comparando o antes e depois do que sugerem alteração. Daniel Tostes Graziano sugere a realização de uma reunião para apresentar o conteúdo para os Conselheiros justificando as mudanças sugeridas.

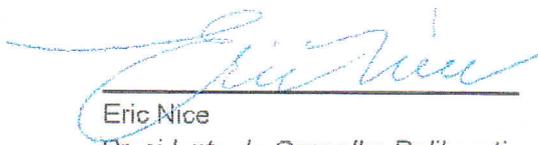
Eric Charles Nice Junior concorda e esclarece que realizarão uma reunião para tratar exclusivamente esse assunto, pois há um volume muito grande de informações a serem passadas.

John Thomas McDonnell pede que seja repassado aos membros do Conselho a informação que Thomas Edgard Bradfield mencionou a respeito das votações em clubes e este informa que assim que se inteirar da questão, passará a informação ao Presidente do Conselho para que seja divulgada para os demais Conselheiros.

Não havendo mais comentários, Eric Charles Nice Junior encerra a reunião agradecendo a participação ativa de todos.



Sergio Zunder Rocha
Secretário do Conselho Deliberativo



Eric Nice
Presidente do Conselho Deliberativo

Importante:

- 1) As reuniões do Conselho Deliberativo são transmitidas e gravadas através da Plataforma Zoom.
- 2) O resumo das Atas será sempre publicado no site do clube e murais de comunicação, após a aprovação pelo Conselho Deliberativo;
- 3) Em certas situações, o nome e cargo de pessoas e lugares poderão estar inelegíveis para que se preserve a privacidade seguindo as disposições da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).
- 4) As Atas transcritas em sua totalidade, também são públicas e, portanto, poderão ser requeridas por qualquer associado mediante requerimento na secretaria do clube.
- 5) Confidencialidade. Os conselheiros, diretores, colaboradores, associados ou quaisquer outras pessoas que porventura tiverem acesso a informações das Atas se comprometem a não divulgar seu conteúdo para terceiros.